

# PLURAL & SINGULAR

EDIÇÃO 02  
MAR/ABR/MAI 18

Revista Trimestral Dedicada à Temática da Deficiência

## Guimarães Cidade (Inclusiva) Europeia do Desporto





Fernando Fontes  
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
fernando@ces.uc.pt

## Deficiência e opressão social: modelos, conceitos e usos hegemónicos

Alicerçada numa determinada cultura ideológica, a forma como a deficiência é definida resulta de concepções socialmente aceites e reproduzidas (Oliver, 1990). Neste sentido a perspetiva utilizada para entender a deficiência influencia determinantemente os direitos e as vidas daqueles/as a quem é atribuída ou imputada esta condição. De forma semelhante, também não é irrelevante o modo como nos referimos às pessoas culturalmente incluídas neste grupo. Enquanto cientista social a trabalhar na área dos Estudos da Deficiência, este constitui para mim um dilema linguístico estrutural nesta área de investigação científica, que urge discutir de forma a alcançar um consenso teórico e político mais alargado. As implicações culturais extravasam o imediatismo das palavras. Tal como refere Boaventura de Sousa Santos “Não importa os nomes que pomos às coisas, mas as coisas que pomos nos nomes”. Mas para tal, importa estabilizar aquilo que entendemos por cada conceito que escolhemos utilizar, bem como as razões subjacentes à escolha.

Em Portugal expressões como ‘pessoas com deficiência’, ou ‘pessoas portadoras de deficiência’ ganharam alguma hegemonia ao longo dos últimos anos face à denominação ‘deficientes’ ou denominações arcaicas, mas presentes em documentos legais até quase ao final do Estado Novo, como ‘anormais’, ‘atrasados’ ou ‘diminuídos’. Se o distanciamento feito face a estas últimas nomenclaturas se afigura consensual, as novas denominações colocam algumas questões teóricas e políticas que carecem reflexão.

Analisemos pois os termos ‘deficiência’ e ‘deficiente’. Não obstante partilharem uma mesma origem etimológica, derivada do latim *deficientia* que significa enfraquecimento, estas duas palavras são completamente distintas em termos de género gramatical. Se no caso da primeira - ‘deficiência’ - se trata de um substantivo e, portanto, algo que nomeia ou designa a pessoa, no caso da segunda - ‘deficiente’ - trata-se de um adjetivo, isto é algo que dá um atributo ao substantivo, melhor dizendo, aquilo que qualifica o que somos. As diferentes

denominações estão assim longe de serem neutras na forma como se referem às pessoas. As denominações mais comumente utilizadas - ‘pessoas com deficiência’ ou ‘pessoas portadoras de deficiência’ - constituem pois uma forma de transformar a ‘deficiência’ na essência das pessoas assim encaradas. A denominação ‘deficientes’, que caiu em desuso no nosso contexto geográfico, sobretudo a partir da 4ª Revisão Constitucional de 1997 que substitui este termo pela designação ‘portadores de deficiência’, constitui uma forma de qualificar a pessoa e, portanto, apresenta-se como algo social e culturalmente construído.

Em face deste dilema linguístico, creio ser necessário proceder a um duplo exercício hermenêutico. A nível académico e institucional, importa repensar estas formas de diferenciar e referenciar ‘o outro’ de forma a ‘des-essencializar’ as suas vidas, afastando concepções marcadamente médicas e individualizadoras. A nível associativo, é necessário que o movimento social representativo deste grupo da sociedade portuguesa reflecta sobre a carga e implicações de cada uma destas denominações, e que, à semelhança de outros grupos socialmente marginalizados, se aproprie do seu estigma, politizando-o e transformando-o na sua bandeira de luta contra a discriminação e a opressão social de que são alvo na sociedade portuguesa.

Isto mesmo foi o que fez o movimento social de deficientes no Reino Unido a partir da década de 1970 afirmando, em primeiro lugar, que a deficiência é uma construção cultural e política e, em segundo lugar, que esta deve ser entendida como uma forma de opressão social. Tal como definida pelo Union of Physical Impaired Against Segregation (UPIAS) em Inglaterra em 1976, a deficiência deve ser entendida como a desvantagem ou a restrição de atividade criada pelas instituições sociais, sendo que a não consideração das necessidades das pessoas com incapacidade impede a sua participação na sociedade e nas actividades sociais habituais para qualquer outro/a cidadão/ã (UPIAS, 1976). Desta forma, as situações de privação e de exclusão social vivenciadas

pelas pessoas com alguma incapacidade decorrem do modo como a deficiência é construída socialmente e das barreiras físicas e psicológicas (preconceitos e ideias preconcebidas) levantadas em torno da deficiência (UPIAS, 1976). Esta nova abordagem da deficiência, posteriormente designada por modelo social da deficiência (Oliver, 1990), emerge como alternativa às concepções tradicionais propostas pelo modelo médico.

O desenvolvimento da medicina moderna no mundo ocidental produziu mudanças significativas no entendimento social da saúde e da doença e na forma como a sociedade lida com estes temas (Giddens, 1993). Em resultado, assistimos ao desenvolvimento de um diagnóstico médico cientificamente alicerçado que apresenta a ‘cura’ como principal objetivo (Giddens, 1993); ao desenvolvimento de uma classe de profissionais de saúde que adquiriram o poder de “determinar as fronteiras entre o que são pessoas ‘normais’ e ‘anormais, ‘sãs’ e ‘loucas’, saudáveis e doentes.” (Barnes and Mercer, 2010: 18). A deficiência acabou assim reduzida às anormalidades e incapacidades do corpo (Barnes, 1997, 2000; Sticker, 1999) que teve como resultado, por um lado, a sua individualização e medicalização (Stone, 1984; Oliver, 1990) e, por outro, a institucionalização e segregação das pessoas medicamente definidas como deficientes (Finkelstein, 1980; Goffman, 1987; Hughes, 2001). Contrariamente a esta visão da deficiência que se centra nas ideias de ‘anormalidade’, diferença e incapacidade, e em que as barreiras e limitações enfrentadas pelas pessoas derivam diretamente das suas incapacidades reais ou imputadas, a nova visão proposta pelo movimento social de deficientes conseguiu recentrar na sociedade – i.e. em valores, instituições, ideologias – a responsabilidade pela sua contínua exclusão. O novo modelo social conseguiu ainda transformar a deficiência numa questão social e política, mais do que um problema médico e individual (Oliver, 1990). A deficiência não é, desta forma, criada pela incapacidade, mas sim pela sociedade que deficientiza as pessoas com incapacidades (Oliver, 1996). Estas diferentes formas de encarar a deficiência e de representar o outro apresentam potenciais emancipatórios distintos. Urge pois repensar a utilização que fazemos

das diversas concepções a nível nacional, refletindo sobre as suas implicações sociais e políticas, e afirmar a deficiência não como parte da essência da pessoa mas sim como algo de exterior ao indivíduo, social e culturalmente construído, e cujo resultado é a exclusão e opressão da diferença.

#### Referências:

- Barnes, Colin (1997), “A Legacy of oppression: A history of disability in Western culture”, in Len Barton e Michael Oliver (orgs.), *Disability studies: Past present and future*. Leeds: The Disability Press, 3-24.
- Barnes, Colin (2000 [1991]), *Disabled People in Britain and Discrimination – A Case for Anti-Discrimination Legislation*. 3rd Edition. London: Hurst & Company.
- Barnes, Colin; Mercer, Geof (2010), *Exploring Disability*. Cambridge: Polity Press.
- Finkelstein, Vic (1980), *Attitudes and Disabled People: Issues for Discussion*. New York: World Rehabilitation Fund / International Exchange of Information on Rehabilitation.
- Giddens, Anthony (1993), *Sociology*. Cambridge: Polity.
- Goffman, Erving (1987[1961]), *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Harmondsworth: Penguin.
- Hughes, Bill (2001), “Disability and the constitution of dependency”, in Len Barton (org.), *Disability, Politics & the Struggle for Change*. London: David Fulton Publishers, 24-33.
- Oliver, Michael (1990), *The Politics of disablement*. London: Macmillan.
- Oliver, Michael (1996), *Understanding disability: From theory to practice*. London: Macmillan.
- Striker, Henri-Jacques (1999), *A history of disability*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Stone, Deborah (1984), *The Disabled State*. Philadelphia: Temple University Press.
- UPIAS – Union of the Physically Impaired Against Segregation; Disability Alliance (1976), *Fundamental principles of disability*. London: UPIAS. Versão eletrónica, consultada a 12.01.2013, em <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/UPIAS/fundamental%20principles.pdf>.